

MODERNIDADE, “DESPERTENCIMENTO” E AJUDA MÚTUA: O NASCIMENTO DOS ALCÓOLICOS ANÔNIMOS

Modernity, “awakening” and mutual help: the birth of Alcoholics Anonymous

Rodolfo Ferreira da Silva¹

Resumo

Proponho uma discussão sobre a origem dos grupos de ajuda mútua, numa perspectiva sócio-histórica que pretende situá-los a partir da fundação dos Alcoólicos Anônimos, na primeira metade do século XX. Aqui, apresento os aspectos que estariam na origem do processo de medicalização e criminalização do uso abusivo de álcool e drogas. Como parte importante daquilo que se convencionou designar “modernidade”, discuto o que chamei de sentimento de “despertecimento” como uma característica própria desse período, onde as relações de tipo capitalista operam como fator de angústia e aflição para muitos indivíduos que se sentem desencaixados, deslocados e incapazes de corresponder às expectativas criadas em torno das necessidades que se colocam e se entendem como “sucesso profissional”. Através de observação participante em grupos de doze passos e discussão sobre a literatura pertinente, pude perceber de que maneira os grupos de ajuda mútua, associando fatores tradicionais e modernos, operam dotando de sentido e “pertencimento” a vida desses indivíduos.

Palavras-chave: Alcoólicos Anônimos; Modernidade; Ciências Sociais; Sociologia; Antropologia.

Abstract

I propose a discussion on the origin of mutual aid groups, in a socio-historical perspective that aims to situate them from the foundation of Alcoholics Anonymous, in the first half of the 20th century. Here, I present the aspects that would be at the origin of the process of medicalization and criminalization of alcohol and drug abuse. As an important part of what has been called “modernity”, I discuss what I have called the feeling of “awakening” as a characteristic of this period, where capitalist relations operate as a factor of anguish and distress for many individuals who feel disengaged, displaced and unable to live up to the expectations created around the needs that arise and are understood as “professional success”. Through participant observation in groups of twelve steps and discussion of the pertinent literature, I was able to see how mutual aid groups, combining traditional and modern factors, operate endowing these individuals with meaning and “belonging”.

Keywords: Alcoholics Anonymous; Modernity; Social Sciences; Sociology; Anthropology.

Introdução

O presente artigo é parte da dissertação de Mestrado “Uma Nova Maneira de Viver: trocas simbólicas e mecanismos de subjetivação na irmandade de Narcóticos Anônimos”, apresentada ao Programa de Pós-

¹ Doutorando em ciências sociais na UERJ. E-mail: rodolfoferreira1974@gmail.com Cidade: Rio de Janeiro.

Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ), em fevereiro de 2020. Na dissertação, o foco na discussão sobre a criação e o “programa de recuperação” do grupo de ajuda mútua conhecido como Narcóticos Anônimos (NA). A ideia central do trabalho é a de relacionar o “ingresso” em NA como um processo que, mesclando elementos tradicionais e modernos, proporciona ao membro a possibilidade da internalização de um conjunto de práticas que seriam necessárias para sua afiliação a esta associação.

Antes, porém, proponho uma discussão sobre a origem desses grupos, numa perspectiva sócio-histórica que pretende situar as associações de ajuda mútua a partir da fundação dos Alcoólicos Anônimos, na primeira metade do século XX. Aqui, apresento os aspectos que estariam na origem do processo de medicalização e criminalização do uso abusivo de álcool e drogas.

Como parte importante daquilo que se convencionou designar “modernidade”, discuto o que chamei de sentimento de “despertecimento” como uma característica própria desse período, que opera como fator de angústia e aflição para muitos indivíduos que se sentem desencaixados, deslocados e incapazes de corresponder às expectativas criadas em torno das necessidades que se colocam e se entendem como “sucesso profissional”.

Por outro lado, é na junção de elementos tradicionais e modernos, como o associativismo norte-americano, que os indivíduos buscam respostas e o sentimento de, novamente “pertencerem”. Nesse sentido, os Alcoólicos Anônimos constituem-se como associação precursora de um processo que, mais tarde, daria origem a um número expressivo de associações e grupos baseados no “programa de recuperação” de doze passos.

A (des)naturalização do consumo de drogas

A palavra droga teve sua origem provavelmente do termo holandês “droog”, servindo para designar toda uma gama de produtos naturais que eram usados na medicina e alimentação dos séculos XVI ao XVIII (CARNEIRO, 2005). As especiarias do oriente e do Brasil foram assim designadas durante o período colonial, servindo como uma das principais forças motoras para a conquista e exploração do “novo mundo”. O pau-brasil

e o açúcar destacaram-se nesse cenário, como também outras substâncias, as chamadas drogas do sertão, o cacau, o cravo, guaraná, urucum e baunilha. Essa percepção, no entanto, foi se modificando ao longo dos séculos.

Desde a segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, o uso de drogas vai gradativamente saindo da esfera privada e entrando na esfera social. Na verdade, o consumo de substâncias que afetam o ânimo e o humor é um fato histórico, milenar. A novidade aqui se deve à produção em escala industrial, que vai transformar, na virada para o século XX, o uso de drogas em algo extremamente acessível.

A preocupação com o consumo dessas substâncias por parte dos agentes públicos e privados deve-se em grande medida à necessidade de ampliação de uma mão de obra cada vez mais demandada em função dos avanços científicos e tecnológicos (fordismo e taylorismo) do processo de industrialização. Mas outros fatores se fizeram presentes, como o ascetismo de matriz protestante, transformando esta questão num debate moral. Nesse quadro, o uso de substâncias psicoativas e do álcool transforma-se num problema social, na medida em que pode ser percebido como um entrave ao próprio desenvolvimento do capitalismo, bem como numa questão de ordem moral, que atacava diretamente “um estilo de vida”, notadamente ocidental e que teve seu início marcadamente nos EUA.

Enumeram-se diversas causas desse ‘pioneirismo’ norte-americano, ainda que nenhuma delas tenha se dado lá exclusivamente: a profunda antipatia cristã por algumas substâncias antigas e os estados alterados de consciência, agravada diretamente pelo puritanismo asceta da sociedade norte-americana; a preocupação de elites econômicas e políticas com os ‘excessos’ das classes ou raças vistas como inferiores ou ‘perigosas’; o estímulo a determinados psicoativos, e detrimento de outros, como decorrência de interesses nacionais e econômicos (FIORE, 2005, p. 259).

Ao longo do século XX, essa questão passará a fazer parte do leque de preocupações e atribuições do Estado, num processo de incorporação do uso de drogas à esfera médica. Assim, parece claro que a questão da medicalização e a criminalização do uso de drogas estava associada a uma política de regulação por parte do Estado, a partir principalmente da industrialização e urbanização, como uma forma de “ordenar” os

comportamentos sociais, principalmente daquelas etnias e classes tidas como perigosas, no contexto do que se designou como modernidade.

No Brasil, o debate sobre o uso de drogas passa a constituir-se em uma questão de Estado, policial e médica, ao longo do século XX, que vê, nas suas primeiras décadas, um aumento nas concentrações urbanas, fenômeno que passa ser visto como um terreno fértil para o desregramento, a promiscuidade, doenças e vícios de toda sorte. No que tange à legislação, o país caminha gradativamente de uma perspectiva do “usuário-criminoso” para o “usuário-doente”. A Lei de Tóxicos, aprovada e promulgada em 1976 (Lei n. 6.368), determina, no artigo 1º, que “todas as pessoas, físicas ou jurídicas, colaborem na erradicação do uso de substâncias ilegais e passa a considerar a dependência física e psíquica, que deve ser determinada por critério médico para decisão da justiça”. No artigo 9º, percebemos uma preocupação com a questão do tratamento:

As redes de saúde dos Estados, Territórios e Distrito Federal contarão, sempre que for necessário e possível, com estabelecimentos próprios para tratamento dos dependentes de substâncias a que se refere a presente lei (BARRETO, 1996, p. 39).

Os parágrafos primeiro e segundo, sempre que não houvesse estabelecimentos próprios, unidades já existentes deveriam ser adaptadas para esta finalidade. Percebemos, portanto, uma preocupação com o tratamento do dependente químico, embora não seja possível determinar em que nível esse artigo tenha sido efetivamente cumprido, levando-se em conta que a maioria dos estabelecimentos públicos para tratamento de dependentes químicos, à época, não possuía condições adequadas e mesmo esta questão não nos parece constar na agenda dos governos militares como algo prioritário. Além disso, a referida legislação, passa a estabelecer uma distinção entre usuário e traficante. Mesmo sendo mais branda para o usuário, a pena em ambos os casos era a detenção.

Atualmente, a Lei 11.343 de 26 de agosto de 2006² regula a questão das drogas no Brasil. Em linhas gerais, a lei manteve o uso de substâncias

² Brasil, Governo Federal. LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

ilícitas como crime, mas retirou a pena de prisão do rol de sanções. O texto não fixou que quantidade indica o uso ou o tráfico, ficando a decisão a cargo de delegados e juizes. Há uma diferenciação na punição por porte de droga, para uso pessoal e por tráfico. O grande problema é que a legislação não determina através de critérios claros e objetivos o que é posse e o que é tráfico. O enquadramento inicial é feito pelo delegado e a decisão final é da justiça. Quem for preso por tráfico pode ser condenado a pena de 05 a 15 anos de reclusão, inicialmente em regime fechado, além de multa. Não há possibilidade de fiança ou indulto e a progressão da pena obedece a critérios mais rígidos.

No caso de porte, há uma advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade, comparecimento à programa educativo e, em caso de descumprimento, multa. Sobre a questão do tratamento, o capítulo II aborda o tema. Do artigo 20º ao artigo 26º são delineadas uma série de estratégias e de ações do Estado, visando à articulação de entes públicos e privados, no sentido da promoção de uma política que objetive mitigar os efeitos sociais do uso de drogas na sociedade brasileira. Nos artigos 23º e 24º, por exemplo, vemos:

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.³⁴

Recentemente, a “redução de danos” percebe o uso de drogas não mais como uma questão policial, mas como um problema que deve ser visto exclusivamente sob o ponto de vista médico. Contrapõe-se à ideia de que o uso de drogas sem fins terapêuticos é algo que possa ser erradicado do convívio social. Essa visão desloca o eixo de discussão de uma perspectiva moral/criminal para o de doença de uso/dependência de drogas. Aqui, o que

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em agosto de 2018.

³ Idem.

se pretende é reduzir os danos causados pelo uso, ao mesmo tempo em que se propõe o tratamento.

Outra política pública que vem ganhando força no debate sobre o tratamento do dependente químico é a “Justiça Terapêutica”. Oriunda de uma legislação norte-americana, que criou tribunais especiais para usuários de drogas, as “droug courts”, apresenta uma proposta na qual o usuário de drogas é encaminhado para centros de tratamento buscando a reabilitação do dependente a partir da noção de abstinência. Muitos destes “apenados”, como são chamados nos grupos de Narcóticos Anônimos, são encaminhados para assistirem, de forma compulsória, as reuniões de grupos de ajuda mútua, como Narcóticos Anônimos.

Modernidade e “despertencimento”

Por modernidade, compreendemos o período que se inicia no século XVIII, com a emergência do Iluminismo e da Revolução Industrial, caracterizada pela transformação nos paradigmas de compreensão do mundo e da natureza, que buscava a superação do Antigo Regime e de uma sociedade estamental baseada em valores aristocráticos e teocêntricos. É bem verdade que o início deste processo poderia ser datado como tendo iniciado nos séculos XV e XVI, com as viagens ultramarinas e a conquista do “novo mundo”, bem como com o Renascimento científico e cultural, que busca deslocar o eixo de visão do mundo para uma perspectiva antropocêntrica. No entanto, vemos tanto a Revolução Industrial, como também as Revoluções francesa e americana, como momentos históricos que vão consolidar essa nova perspectiva de mundo, resgatando a noção de “Res publica” (coisa pública) e dando início à contemporaneidade.

Em maio de 1831, um jovem francês de origem nobre, chamado Alexis de Tocqueville, desembarca nos EUA para desenvolver um estudo sobre o sistema penitenciário daquele país. O resultado desta viagem, o livro “A democracia na América” (TOCQUEVILLE, 1977), acaba por se tornar uma das obras mais importantes se tornando referência para os estudiosos das ciências políticas e afins.

Na segunda parte do livro, Tocqueville discute a questão da democracia, tendo como foco principal a influência que esta ocupa no

sentimento dos americanos, num debate que gira em torno dos preceitos de liberdade e igualdade, bem como do associativismo característico deste povo. Segundo Tocqueville, enquanto na Europa a ideia de igualdade é mais cara do que a liberdade, nos EUA:

Os americanos combateram, por meio da liberdade, o individualismo que a igualdade fazia nascer, e o venceram. Os legisladores da América não acreditaram que, para curar uma enfermidade tão natural ao corpo social nos tempos democráticos, e tão funesta, bastava conceder à nação inteira uma representação de si mesma; pensaram que, ademais disso, seria conveniente dar uma vida política a cada porção do território, a fim de multiplicar ao infinito, para os cidadãos, as ocasiões de agir em conjunto e de fazê-los sentir todos os dias que dependem uns dos outros (TOCQUEVILLE, 1977, p. 389).

Assim, Tocqueville vê, na liberdade das instituições dos EUA daquele momento, um fator de consolidação de uma ideia de sociedade livre das “amarras do Estado”, consciente dos seus direitos políticos e da ideia de dever, da noção de que se vive em sociedade. Este sentimento, então, estaria na base do associativismo, ou seja, o uso de associações na vida civil dos EUA, como forma da articulação dos agentes sociais nos mais diversos setores e nas mais variadas áreas. Segundo ele, “os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir”. (TOCQUEVILLE, 1977, p. 391). Sobre as empresas, diz: “Em toda parte onde, à frente de uma empresa nova, vemos na França o governo e na Inglaterra um grande senhor, tenhamos certeza de perceber nos EUA, uma grande associação” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 392).

Nas sociedades aristocráticas, esse associativismo não se funda, uma vez que a paralisia das instituições do período, de um caráter herdado das antigas estruturas feudais e estamentais, estratificadas e quase inertes, asseguram os privilégios de um número pequeno de cidadãos que são muito ricos e poderosos. Para ele, as associações garantem aos cidadãos o poder de realizarem juntos aquilo que não poderiam e não teriam forças para realizar sozinhos.

Contemporâneas à estadia de Tocqueville (1997) nos EUA são as “Sociedades de Temperança”, e ele as cita em seu trabalho. Discutindo sobre o associativismo, o autor comenta sobre o grupo que se reúne para proclamar o fim do uso de “bebidas fortes”, notadamente destilados. Diz ele:

A primeira vez que ouvi falar, nos EUA, que cem mil homens se haviam comprometido publicamente a não fazer uso de bebidas fortes, o fato me pareceu mais pilhérico do que sério e, à primeira vista, não compreendi por que aqueles cidadãos tão temperantes não se contentavam em beber água no seio de suas famílias. Acabei compreendendo que aqueles cem mil americanos, assustados com os progressos que a embriaguez fazia em redor deles, tinham desejado dar o seu patrocínio à sobriedade (...) É de crer que, se esses cem mil homens tivessem vivido na França, cada um deles ter-se-ia dirigido individualmente ao governo, para pedir-lhe que vigiasse as tavernas de toda a superfície do reino (TOCQUEVILLE, 1977, p. 394).

Outro aspecto que pode servir como chave para o entendimento desse associativismo é a necessidade de afirmação de uma identidade social. Uma das principais características da modernidade é o seu caráter dinâmico. A indústria de tipo capitalista alterou profundamente as relações de produção. O crescente processo de urbanização, especialização, bem como a burocracia estatal, criou um tipo de sociedade que não era apenas diferente dos modelos de organização social anteriores, mas onde as transformações se processam num ritmo sem precedentes na história.

À máquina a vapor sobrepõem-se os combustíveis fósseis, às primeiras fábricas sobrepõem-se as linhas de montagem, a eletricidade, o cinema, o fordismo e o taylorismo, dotados de uma racionalidade produtiva sem paralelo. Somam-se a isso a velocidade das transformações sociais, as possibilidades de descenso e ascensão social, os fluxos migratórios, as novas atribuições dos Estados-Nação que se constituem, passando a imiscuir-se em aspectos cada vez mais particulares da vida de seus cidadãos. A vida muda, passa de uma existência em comunidade, calcada em valores associados à tradição, religião e comunidade, para uma mentalidade racional e abstrata, onde as escolhas assumem uma lógica e um papel mais individualizado. A existência que antes era vivida no ritmo lento e comunitário passa agora a ser determinada pelos processos de produção industrial, alienantes, onde o ser humano se vê intimamente ligado ao tempo da fábrica, subordinado aos imperativos econômicos e políticos.

Nesse contexto, ganha corpo uma visão de mundo alicerçada em valores científicos, consubstanciada pelo Iluminismo, em oposição a uma visão de mundo teocêntrica, característica de períodos anteriores, nos quais as certezas pareciam mais estáveis e duradouras. No mundo moderno, a

perspectiva religiosa de mundo perde o protagonismo, assumindo um papel cada vez mais reservado, privado. O cientificismo do século XIX, caracterizado por uma noção evolucionista de mundo, consagra às ciências o papel de ator principal no processo de compreensão do mundo e da natureza, fornecendo as respostas necessárias ao progresso intelectual e material.

Por outro lado, a modernidade também é vista como promotora de grande ansiedade e ambivalência (BAUMAN,1999). Para Peter Berger e Thomas Luckmann, o que se deveria supor é “uma nova constituição social do sentido da vida humana nos tempos modernos que lançam o sentido e, como ele, a vida humana numa crise sem par na história”. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 14). A modernidade, assim, abalaria as antigas estruturas de pensamentos e certezas anteriores, o campo do inquestionavelmente certo, que Alfred Schutz, segundo Berger e Luckmann (2012), chama de “world-taken-for-granted”. Esse mundo dado como certo, portanto, sofre na modernidade um abalo que se reflete diretamente nas crenças e, portanto, nas relações sociais. Um sentimento de “urgência”, de definição de valores e papéis sociais ditados, sobretudo pelo sucesso profissional e material, no qual muitas vezes o insucesso provoca sentimento de vazio e a percepção de “despertencimento”, como uma noção que (re)significa a vida a partir de um sentimento de baixa autoestima, decorrente das exigências e demandas da vida moderna. Segundo Berger e Luckmann:

O indivíduo cresce num mundo em que não há mais valores comuns, que determinam o agir nas diferentes áreas da vida, nem uma realidade única, idêntica para todos. Ele é incorporado pela comunidade de vida em que cresce num sistema supraordenado de sentido. Mas este não é mais evidentemente o sistema de sentido de seus concidadãos. Estes podem ter sido marcados por bem outros sistemas de sentido nas comunidades de vida em que cresceram (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 41).

Nesse quadro, a modernidade “desenraiza” os indivíduos, provocando uma crise de sentido e sentimento de “despertencimento”, as associações, ou como preferimos chamar, “comunidades de afeto”, aparecem como um caminho possível para reestabelecer o sentido e o sentimento de “pertencimento”, dotando de um novo significado a existência de indivíduos

“despertencidos” socialmente. O “sentido perdido”, segundo Berger e Luckmann, talvez:

(...) possa ser conseguido por outro caminho. Quanto menos condicionamentos, obrigatórios para toda a sociedade, das interpretações compartilhadas da realidade houver, tanto mais poderão desenvolver-se comunidades de vida em comunidades quase autônomas de sentido. Elas podem preservar seus membros de crises intersubjetivas de sentido, sobretudo quando provarem ser comunidades bastante estáveis. Esta estabilidade é particularmente importante para função que estas ‘comunidades de vida’ desempenham na formação coerente da identidade pessoal. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 42).

Em texto publicado na Revista de Estudos Sociais, a socióloga Cecília Mariz (1988), através da análise de textos de Simmel e Schutz sobre “o estrangeiro”, busca demonstrar como

a vida da sociedade moderna proporciona a todos os indivíduos, em seu cotidiano, a experiência subjetiva de serem um estrangeiro ou um estranho em sua própria sociedade; este tipo de experiência subjetiva cria condições para o entendimento da visão de mundo moderno, que é individualista e racional (MARIZ, 1988, p. 85).

Assim, essa visão de mundo estaria na base deste estranhamento, fazendo com que os indivíduos se sintam “estrangeiros”, deslocados, “despertencidos”. Apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos da modernidade, a autora avalia que “a racionalidade falha ao tentar lidar com problemas morais e humanos” (MARIZ, 1998, p. 92). Assim, conclui:

Para ambos os autores o estrangeiro é mais livre da tradição, todavia mais solitário. Do mesmo jeito para ambos, a modernidade é vista como um processo de liberação, que possui, porém, seus custos. Schutz, por exemplo, se refere ao amargor da perda de uma consciência ingênua, ou seja, ao desencanto da descrença no ‘mundo tido como certo’. Esta experiência amarga, descrita por Schutz, pode ser interpretada como aspectos subjetivos da ‘anomia’ descrita por Durkheim. O indivíduo moderno se sente como um desabrigado, um sem lar, (Berger et al, 1975) e como um estrangeiro, desprovido de certeza e tradição (MARIZ, 1998, p. 92).

Para Anthony Giddens (2002), também a modernidade redefine padrões de comportamento individuais. Para ele, a modernidade precisa ser pensada sob o ponto de vista institucional, no entanto “as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu” a relação entre o moderno e o tradicional também é tensionada, na medida em que:

Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde o seu domínio, e

quanto mais a vida diária é reconstruída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opiniões (GIDDENS, 2002, p. 09).

Nesse sentido, o estilo de vida, baseado em valores individualistas da sociedade capitalista moderna, acaba por definir as escolhas entre possibilidades de existências que dificilmente superam este escopo, estabelecendo padrões de comportamento, de consumo, de estética e de condutas que, uma vez globalizados, limitam as possibilidades de desenvolvimento de potencialidades humanas que não estejam coadunadas com essa cosmovisão de mundo. Ainda segundo Giddens:

A vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-os através de grandes distâncias no tempo e no espaço (GIDDENS, 2002, p. 10).

Alterações no espaço-tempo ou “compressão tempo-espaço” (HARVEY, 1994) provocam a necessidade de lidarmos com uma sensação de fragmentação, caos, efemeridade, onde tudo é fugaz, fugidio, transitório. O “despertencimento” é este desconforto e a impossibilidade de lidar com este mundo “tal como ele se apresenta”, de corresponder às expectativas sociais muitas vezes desmedidas e desajustadas.

A incapacidade de lidar com a vida tal como ela se apresenta, de atuar de forma significativa, seja para incorporar ou criticar esta cosmovisão de mundo, é vista por muitos profissionais que atuam na área de saúde, como um dos fatores que concorrem para este sentimento de “despertecimento”, o que muitas vezes traz como consequência um “vazio existencial” que pode levar o indivíduo ao abuso de álcool e/ou outras drogas como fonte de alívio e prazer momentâneos. Os chamados “vícios”, após o processo de medicalização do uso de drogas, são vistos como doenças, notadamente, de caráter físico, como um estado do organismo. No entanto, segundo Giddens:

Tal conceito [...] esconde o fato de que o vício está expresso no comportamento compulsivo. Mesmo no caso da dependência química, o vício é medido de fato em termos de consequências do hábito para o controle de um indivíduo sobre a sua vida e mais as dificuldades de se abandonar aquele vício (GIDDENS, 1993, p. 83).

Para Giddens, os vícios, então, são mecanismos rituais de compensação, nos quais a busca pelo prazer imediato aparece como a necessidade mais evidente. No entanto, as rotinas ritualísticas, obsessivas e compulsivas dos “vícios” podem trazer dificuldades para o convívio social. Não se trata aqui de estudarmos aspectos psicológicos mais profundos sobre a natureza dessas compulsões, mas percebermos em que medida elas despontam como uma questão social, enquanto obstáculo ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas dos indivíduos. Segundo Giddens, algumas das principais características do vício são:

- 1) Êxtase. (...). É uma sensação momentânea de exaltação que a pessoa desfruta quando uma sensação ‘especial é produzida – um momento de libertação (...)
- 2) A ‘dependência’. Quando uma pessoa está viciada em uma experiência ou em uma forma de comportamento específicas, o esforço para atingir um êxtase traduz-se na necessidade de uma dependência. A dependência abranda a ansiedade e introduz o indivíduo na fase narcotizante do vício (...).
- 3) O êxtase e a dependência são ambas formas de 'sair do ar'. Os esforços habituais do indivíduo estão temporariamente em êxtase e parecem remotos; a pessoa está, digamos assim, em 'outro mundo' e pode encarar suas atividades normais com um divertimento cínico e até desprezo (...).
- 4) A experiência do vício é um afastamento do eu, um abandono temporário daquela preocupação reflexiva com a proteção da autoidentidade, genérica à maior parte das situações da vida cotidiana (...).
- 5) O sentido de perda do eu é mais tarde seguido por sentimentos de vergonha e remorso (...)
- 6) A experiência do viciado parece muito ‘especial’ e na verdade o é, no sentido de que no momento nada mais funciona.
- 7) A perda do eu e a autoaversão características dos vícios não devem ser identificadas com a indulgência (GIDDENS, 1993, pp. 84-86).

A visão expressa nos pontos acima abordados por Giddens (1993) vai ao encontro do conceito de alcoolismo e adição a drogas como doença física, mental e espiritual proposto pelos Alcoólics Anônimos e Narcóticos Anônimos. No caso desta última associação, a noção de adição como uma doença progressiva reforça a tese de busca incessante pelo êxtase, ocasionando um abandono de si, a perda de uma identidade social com todas as consequências que se possam extrair desta condição.

O Alcoolismo como doença

Como vimos anteriormente, foi no século XIX, em função das transformações provocadas pela industrialização de tipo capitalista, bem

como do ascetismo protestante, que a questão do uso/abuso do álcool passa a ser percebida como um problema de saúde pública e uma questão moral. À racionalização da organização de aspetos produtivos do capitalismo (fordismo/taylorismo), tão bem ilustrados no filme *Tempos Modernos*, de Chaplin, unem-se aspectos doutrinários de matriz protestante, que estão na base de um estilo de vida, o “american way of life”, que seria posteriormente difundido com grande competência, sobretudo pela indústria cultural. Como Weber argumenta, embora não se possa defender que haja entre eles relação de causa e efeito, o ascetismo protestante e o desenvolvimento capitalista, encontram-se fortemente imbricados:

não temos qualquer intenção de sustentar uma tese tola e doutrinária, pela qual o espírito do capitalismo (...) possa ter surgido apenas como resultado de certos efeitos da Reforma (...) Ao contrário, queremos apenas nos certificar se, e em que medida, as forças religiosas tomaram parte na formação qualitativa e na expansão desse espírito pelo mundo (WEBER, 2001, p. 77).

Segundo essa visão, uma ética assentada no trabalho, como forma de manter uma vida “regrada”, como “vocação” ou “chamado religioso”, sugere a aprovação divina em termos morais primeiro, para posteriormente alcançar os termos práticos, qual seja, a lucratividade.

Assim, a riqueza seria eticamente má na medida em que venha a ser uma tentação para um gozo da vida no ócio e no pecado, e sua aquisição seria ruim só quando obtida com o propósito posterior de uma vida folgada e preocupada (WEBER, 2001, p. 127).

Ou seja, o modo de vida preconizado por esta perspectiva critica severamente os desregramentos, como por exemplo, o uso abusivo do álcool e o desperdício de tempo que não se voltasse ao trabalho. Ainda segundo Weber:

A indulgência superior do senhor tradicional e a ostentação do novo rico são igualmente detestáveis para o ascetismo. Mas há, por outro lado, um apreço ético mais elevado para com o sóbrio ‘self made man’ da classe média (WEBER, 2001, p. 128).

É nesse contexto que a questão do álcool surge primeiramente na sociedade americana, conjugando estes dois aspectos, o ascetismo protestante e o desenvolvimento da indústria de tipo capitalista. Ainda na primeira metade do século XIX, o doutor Benjamin Rush foi apontado como o precursor do conceito do alcoolismo como uma doença. Ele, que é considerado como um dos pais da psiquiatria moderna nos EUA, foi um dos pioneiros nos debates sobre a ingestão de álcool, sobretudo de destilados,

como um fator não apenas de ordem moral, mas médica e econômica. Em 1782, num artigo de jornal intitulado *Against Spiritous Liquors* (Contra licores Destilados), “Rush recomendou que os fazendeiros cessassem de prover doses diárias de licor aos seus trabalhadores. Era de sua opinião que o licor prejudicava a saúde e produtividade dos trabalhadores”. (WHITE, 1998, p. 02). O médico, foi o primeiro a sugerir que o alcoolismo é uma doença crônica, progressiva e fatal. Rush chegou a sugerir que um tratamento à base de ópio pudesse ser eficaz, causando, segundo ele, um “menor risco de dependência”. Cabe lembrar que, à época, esse tipo de sugestão fazia parte do rol de aplicações médicas do ópio, que até então não constava da lista de substâncias controladas, o que só iria acontecer em 1912, na Convenção Internacional do Ópio. Para Thomas de Quincey (2005):

Dentre os mais poderosos anódinos, podemos enumerar a cicuta, o meimendo, o clorofórmio e o ópio. Mas, inquestionavelmente, os três primeiros têm um campo de ação mais limitado em comparação com o ópio. Este, entre todos os agentes dotados dados ao homem conhecer, é o mais poderoso por seu domínio, e pela extensão de seu domínio, sobre a dor (DE QUINCEY, 2005, pp. 18-19).

Apesar de gozar de grande influência, a perspectiva de Rush (WHITE, 1998) sobre o tratamento do alcoolismo, que para ele exigia a total abstinência, não foi muito bem aceita inicialmente, uma vez que, naquele contexto, a ideia central girava não em torno da abstinência, mas sim da noção de temperança. Nessa perspectiva, o pensamento vigente residia no fato de que o indivíduo deveria possuir o autocontrole necessário para evitar a embriaguez. Outra vertente desta discussão, como veremos em seguida, via como o grande mal apenas as bebidas destiladas, propondo então a sua substituição por cerveja, considerada mais branda e com menor potencial para estimular o desregramento.

No entanto, segundo White (1998), as ideias do doutor Benjamin Rush, embora não tivessem sido imediatamente aceitas, permaneceram. Segundo ele, “um estado de permanente sobriedade seria alcançado apenas através de inúmeras influências, religiosas, metafísicas e médicas”. (WHITE, 1998, p. 05). Esta visão está na base do mosaico de influências que conformam o programa de recuperação de Alcoólicos Anônimos.

Os Movimentos de Temperança

Tendo sua origem na Inglaterra, ainda no século XVIII, os Movimentos de Temperança preconizavam, através de um viés religioso, um cuidado com o corpo que sofria devido a abusos e excessos de uma vida muitas vezes direcionada pelo álcool. Em uma perspectiva liberal, reverberava uma preocupação com os problemas sociais que atitudes “destemperadas” pudessem provocar.

Conforme explicitado no item anterior por White (1998), as ideias do médico Benjamin Rush de total abstinência não lograram êxito imediatamente. Motivados pela religião, os primeiros movimentos de temperança dos EUA encorajavam os seus membros a diminuir o uso de bebidas destiladas. Um dos primeiros grupos desse tipo, fundado ainda em 1808 em Nova Iorque, advogava, além da moderação no uso do álcool, sobretudo de destilados, a frequência semanal às reuniões do “movimento” e uma campanha de educação pública marcada por reuniões, discursos e publicações (WHITE, 1998). Segundo Tatiane Rangel Reis (2007):

Há muito tempo, desde o século XVIII, a necessidade de ser 'temperante' manifestava-se, entre outras situações, em relação ao uso excessivo de bebidas alcoólicas, comportamento este que vinha se constituindo um grave problema naquele país. Várias tentativas foram feitas para solucionar a questão, ainda neste século, no entanto, todas sem sucesso. Pode-se dizer, então, que as primeiras tentativas organizadas de lidar com o problema do álcool começaram bem no início do século XIX, quando emerge o Movimento de Temperança neste país (REIS, 2007, p. 61).

Os Movimentos de Temperança então defendiam valores que se enquadram em duas vertentes apontadas anteriormente: o associativismo, como sendo um valor presente na sociedade americana, que independe da ação do Estado como fórmula principal na solução de questões sociais, bem como o ascetismo protestante, um dos elementos geradores daquilo que Weber (2001) chamou de “ethos” capitalista. A preocupação com a temperança, assim, traduz-se numa questão ao mesmo tempo moral, econômica e social.

Em meados do século XIX, há uma guinada dos movimentos de temperança em direção à abstinência. Esta virada deveu-se em grande parte aos insucessos da estratégia de substituição de destilados por cerveja ou vinho, bem como pela dificuldade de controle das classes trabalhadoras,

vistas como naturalmente “desregradadas”, e a quem a cerveja, bebida mais barata, encontrava-se fartamente à disposição. Segundo um dos expoentes da luta contra o alcoolismo no período, o Reverendo W.H. Daniels, que conforme White aponta “A recaída de multidões de homens reformados pelo uso de ‘bebidas mais suaves’, como vinho e cidra, nos deixa a convicção que estas, também, devem ser abandonadas” (WHITE, 1998, p. 07).

O insucesso da estratégia de substituição, portanto, foi um fator determinante para que as experiências de organizações criadas para e por alcóolicos defendessem de forma veemente a abstinência como condição primeira para se alcançar a sobriedade de maneira constante. Como teria dito um membro de AA: “Ficar sóbrio é fácil, difícil é manter-se”⁵.

Os Washingtonianos

Em meados do século XIX, os Movimentos de Temperança já estavam em declínio. De uma dissidência desses movimentos, surgiu, nos EUA, a “Sociedade Washingtoniana de Total Abstinência”, que percebe a necessidade de implementar um modelo, um método de recuperação de alcóolicos, que fosse sistemático e apresentasse resultados concretos. Em contraste com os grupos de Temperança anteriores, marcadamente dominados por membros das elites estadunidenses, os washingtonianos eram, em sua maioria, oriundos da classe trabalhadora e artesãos. Em 02 de abril de 1840, um grupo de amigos, reunidos e discutindo questões relativas à temperança, resolveu se unir e formar um novo grupo:

Nós, abaixo-assinados, desejosos de formar uma sociedade para nosso benefício mútuo, e lutar contra uma prática perniciosa, que é maléfica para nossa saúde, incluindo nossos familiares, nos comprometemos, como homens, que nós não beberemos nenhuma bebida alcoólica destilada, ou licores, vinho ou cidra (REIS, 2007, p. 65).

Os encontros deste grupo eram bastante dramáticos, em contraste com os grupos anteriores. Ao invés de debates e discursos formais, os membros eram instados a “dar depoimentos”, nos quais narravam a sua trajetória de bebedeiras, seguidas de narrativas gloriosas de recuperação pessoal.

⁵ Comentário de um membro de AA durante uma reunião em um grupo localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Caderno de campo, junho de 2018.

Após a apresentação dos membros antigos, os ‘recém-chegados’ eram convidados a fazer parte da organização. Cada novo membro que “ingressava” era convidado a contar a sua história e depois assinava uma “promessa de abstinência” (WHITE, 1998, p. 14).

Esse ritual de confissão pública em muito se assemelha a momentos de fé e de ritos de conversão de igrejas, notadamente protestantes. A ideia de depoimentos e comprometimento público com a “organização”, por outro lado, cria uma atmosfera de identificação entre os ouvintes, na medida em que as histórias compartilhadas são em sua maioria muito parecidas, estabelecendo um novo vínculo de sociabilidade, onde o álcool não atua mais como um “lubrificante social”, mas as histórias de perda e dores provocadas pelo alcoolismo, sim.

Esta estratégia, ou método, se preferirmos, servirá como referência para os futuros grupos baseados nos 12 passos e 12 tradições de Alcoólicos Anônimos.

Inicialmente, os Washingtonianos alcançaram grande sucesso. No seu primeiro aniversário já contavam com cerca de 5.000 membros. Embora a questão do álcool fosse central, neste grupo membros não alcoólicos também eram aceitos. Esta sociedade rapidamente se espalhou em mais de 160 cidades nos EUA e, no auge do movimento, havia cerca de 600.000 “promessas de abstinência” assinadas.

Embora não houvesse um “programa de recuperação” estruturado, os principais pontos defendidos pelos washingtonianos eram:

1) confissão pública; 2) comprometimento público; 3) visitas de membros antigos; 4) assistência econômica; 5) participação constante no compartilhamento de histórias pessoais; 6) atos de ajuda e serviço junto a outros alcoólatras; 7) atividades de lazer ‘sóbrias’ (WHITE, 1998, p. 16).

Apesar do seu rápido e espantoso crescimento pelos EUA, os washingtonianos não lograram êxito durante muito tempo e rapidamente entraram em declínio. Um dos principais pontos que provocou esse enfraquecimento do grupo foi a participação em atividades políticas, como, por exemplo, o movimento que culminou com a promulgação da Lei Seca, que proibiu a produção e a comercialização de bebidas alcoólicas, entre 1920 e 1933. Além disso, a falta de uma estrutura organizacional maior permitiu o aparecimento de “lideranças carismáticas” em várias localidades dos EUA. Essas lideranças eram muitas vezes encaradas como porta-vozes do

movimento como um todo. Apareciam publicamente e falavam em nome do “movimento”, sendo confundidos com o mesmo. Em momentos de recaída ou de falhas individuais destes membros, a organização como um todo era prejudicada.

No entanto, é inegável a contribuição dos washingtonianos ao que viria depois constituir-se como Alcoólicos Anônimos. Dentre os principais legados, destacamos:

1) Os movimentos de “reforma pessoal” passam a se preocupar com a exploração externa e questões ‘ideológicas’; 2) Assuntos relativos à política, liderança, publicidade e dinheiro podem destruir o caráter destas organizações; 3) Movimentos de recuperação de adictos são vulneráveis à dissolução quando focam em outros aspectos que não apenas a recuperação pessoal dos seus membros; 4) Os movimentos podem sofrer prejuízos quando torna público algum de seus membros, que, por qualquer motivo, possa vir depois a ‘recair’. 5) a recuperação pessoal é melhor sustentada quando se dá pela interação de grupos menores (WHITE, 1998, p. 21).

Em suma, os washingtonianos legaram aos movimentos posteriores, como os Alcoólicos Anônimos, uma série de lições sobre métodos, estratégias e modelos organizacionais. Cabe notar como todos esses movimentos associativos norte-americanos mesclam aspectos tradicionais, como a religião, com aspectos modernos, como o próprio associativismo e a incorporação, por parte desses grupos, de uma cosmovisão de mundo que incorpora, pelo menos em parte, os valores vigentes naquela sociedade. No entanto, no caso específico dos grupos que surgem a partir do programa de doze passos de Alcoólicos Anônimos, acreditamos que, ainda que tenham combinado o tradicional e o moderno, a saída encontrada por esses grupos passa por um tipo de organização de tipo novo que rejeita os valores utilitaristas, hedonistas e consumistas, predominantes nas sociedades capitalistas ocidentais.

Esse novo tipo de organização propõe substituir esses valores por modelos baseados em outros princípios, como por exemplo a “dádiva” (MOTA, 2004), e que apostam em novas estratégias de sociabilidade para viver a vida como ela se apresenta. É o que começaremos a ver no próximo tópico.

Os Grupos Oxford

Os Grupos Oxford, o Dr. Carl Jung, William James e o Dr. William Silkworth formam o alicerce sobre o qual se funda o edifício dos Alcoólicos Anônimos. Nascidos nos anos 1920, como um popular movimento espiritual, tendo à frente um ministro Luterano de nome Frank Buchman, os grupos Oxford desenvolveram um modelo de recuperação que seria de grande valia para o nascimento posterior dos Alcoólicos Anônimos. A ideia básica dos grupos Oxford era a de que apenas uma transformação espiritual poderia livrar o indivíduo do alcoolismo. Esta mudança seria possível através da aceitação de alguns princípios básicos:

- 1) Entrega a Deus através de rigoroso autoexame (um tipo de "inventário moral" das próprias falhas);
- 2) Confissão dos defeitos de caráter para outro ser humano;
- 3) Fazer reparação aos danos causados a outras pessoas;
- 4) Compartilhar essa experiência com outras pessoas sem pensar em recompensa (REIS, 2007, p. 67).

Além destes princípios, orientava-se a prática dos 04 absolutos: “absoluta honestidade, absoluta pureza, absoluto amor e absoluta falta de egocentrismo” (REIS, 2007, p. 68).

Os grupos Oxford não eram apenas para alcoólatras, mas para todos o que buscassem uma “reformulação de vida”, através de uma “transformação espiritual”. Ebby T., amigo de Bill Wilson, um dos fundadores do AA, participou dos grupos Oxford e convidou Bill a participar desse grupo. No entanto, devido ao seu estado de saúde debilitado e com o avanço do alcoolismo, Bill não logrou sucesso. Também o Dr. Bob, o outro fundador dos AA, travou contato com os grupos Oxford, na esperança de livrar-se do alcoolismo (REIS, 2007).

A maior dificuldade para o comprometimento de alcoólatras com esse grupo era exatamente o seu caráter religioso. Como se comprometer com “honestidade absoluta”, “pureza absoluta”, quando o que se buscava era o alívio das dificuldades físicas e sociais causadas pelo alcoolismo? Também, muitos alcoólatras que visitavam os Grupos Oxford se diziam ateus e, portanto, tinham enormes dificuldades em aceitar “entregar a sua vida a Deus”.

Embora a sua passagem pelos grupos Oxford tenha sido breve, os cofundadores dos Alcoólicos Anônimos, Bill Wilson e Dr. Bob, incorporaram

muitos dos seus elementos, promovendo adaptações que permitiram a participação de um número maior de pessoas. Essas mudanças transformaram os Alcoólicos Anônimos na maior “irmandade de 12 Passos” do mundo, em número absoluto de membros e quantidade de reuniões. É o que veremos a seguir.

O Nascimento dos Alcoólicos Anônimos

Para entendermos melhor o nascimento dos Alcoólicos Anônimos (AA), precisamos combinar os diversos elementos que compuseram a sua fundação, a começar pelo contexto. AA foi fundado em 1935, momento em que sociedade americana lidava com o fim da Lei Seca (1933) e buscava encontrar saídas para a “grande depressão” de 1929. O próprio Bill Wilson, um dos fundadores dos AA, atuava na bolsa de valores de Nova Iorque e viu de perto o fim daqueles “loucos anos 20”. Durante os anos 30, os EUA experimentaram por um lado, o crescimento do número de alcoólicos e, por outro, o fechamento de uma série de estabelecimentos voltados ao tratamento do alcoolismo. Estavam dadas historicamente, as condições para a criação, consolidação e crescimento dos Alcoólicos Anônimos. Vejamos agora outros elementos que compuseram a criação dos AA.

O Tratamento de Rowland Hazard com o Dr. Carl Jung

Rowland Hazard III era um empresário americano e membro de uma proeminente família de Rhode Island, envolvida na fundação e na liderança executiva de várias empresas bem conhecidas. Ele também é conhecido como o "Rowland H". Apesar de todo dinheiro e influência, sofria com o alcoolismo e foi buscar ajuda em Zurich, em 1926, com o Dr. Carl Jung. Após o tratamento e uma nova recaída, o Dr. Jung disse a Rowland H. que não havia nada mais que ele, a psicoterapia ou a psiquiatria pudessem fazer. Segundo Jung, apenas um “despertar espiritual” ou “experiência religiosa” poderia salvá-lo. Após sucessivos insucessos, Rowland H. acabou participando do Grupo Oxford, onde conheceu Ebby T., um amigo de Bill Wilson, que levou a notícia ao amigo, tentando convencê-lo a ingressar no grupo. Mais tarde, em 1961, numa troca de correspondência entre Bill e o Dr. Jung, vemos a importância que este evento teve na fundação dos AA.

Trecho da carta de Bill Wilson para o Dr. Jung:

CARTA DE BILL, W. Janeiro 23, 1961.

Meu Caro Dr. Jung,

Esta carta há muito lhe deveria ter sido enviada.

Devo primeiramente apresentar-me ao Senhor como Bill W. um dos cofundadores das sociedades dos Alcoólicos Anônimos. Embora seja provável que o Sr. já tenha ouvido falar de nós, com certeza ignora que uma conversa que manteve com um de seus pacientes, Mr. Rowland, nos idos de 1930, tornou-se uma das regras fundamentais da nossa Sociedade.

Embora Mr. Rowland tenha nos deixados há muito tempo, o registro de sua inesquecível experiência, enquanto sob os seus cuidados, passou definitivamente para a nossa história e é a que passo a lhe relatar: Tendo Mr. Rowland esgotado todos os recursos para livrar-se do alcoolismo, tornou-se em 1931 seu paciente, permanecendo em tratamento, se não me engano, durante mais ou menos um ano; após este tempo deixou-o cheio de confiança e com a mais irrestrita admiração pelo Senhor. Contudo, para a sua enorme consternação, retornou ao velho hábito.

Convencido de que o senhor era a sua “tábua de salvação”, voltou ao tratamento. O relato do diálogo entre ambos veio a tornar-se o primeiro elo de uma corrente de acontecimentos, que terminaram por induzir a fundação de nossa Sociedade.

A minha lembrança deste relato do encontro entre ambos é que se segue: primeiramente disse-lhe o Senhor francamente que não via esperanças para ele em novos tratamentos, fossem eles médicos ou psiquiátricos. Esta sua posição sincera e humilde foi, sem dúvida, a primeira pedra em que fundamentamos a nossa Sociedade.

Tal afirmação, vinda de quem ele tanto confiava e admirava, produziu sobre ele o mais violento impacto.

Quando ele lhe perguntou se então não haveria para ele alguma esperança, o Senhor lhe respondeu que poderia haver sim e que esta seria a de tornar-se o sujeito de uma genuína experiência espiritual ou religiosa – em resumo, de uma **autêntica conversão**. Tal experiência poderia motivá-lo mais que outra qualquer, disse-lhe o Senhor. Mas preveniu-o de que, conquanto tais experiências tivessem acontecido a alguns alcoólicos, elas eram comparativamente raras. E recomendou-lhe que se colocasse em uma atmosfera religiosa e que esperasse. Esta foi a substância do seu conselho.

Muito grato ao Senhor,

William G. W⁶. (grifo nosso).

Em seguida, um trecho da carta de resposta do Dr. Jung:

RESPOSTA DE JUNG. Janeiro 30, 1961.

Caro Sr. W,

A sua carta foi-me realmente bem-vinda.

Não tive mais notícias de Rowland H. e muitas vezes desejei conhecer o seu destino.

⁶ As cartas estão disponíveis na íntegra em <https://passeamensagem.wordpress.com/2013/03/29/carta-de-bill-w-a-carl-jung/>. Acesso em agosto de 2018.

O diálogo que mantivemos, ele e eu, e que ele muito fielmente lhe transmitiu teve um aspecto que ele mesmo desconheceu. A razão pela qual não pude dizer-lhe tudo foi que naquela época eu tinha que ser excessivamente cuidadoso com tudo o que dizia. Eu havia descoberto que estava sendo de todas as maneiras mal interpretado. Portanto, tive que ser muito cuidadoso ao conversar com Rowland H. Mas o que eu realmente concluí sobre o seu caso foi o resultado das minhas inúmeras experiências com casos semelhantes ao dele.

A sua fixação pelo álcool era o equivalente, em nível mais baixo, da sede espiritual do nosso ser pela totalidade, expressa em linguagem medieval, pela união com Deus.

Como poderia alguém expor tal pensamento sem ser mal interpretado em nossos dias?

O único caminho correto e legítimo para tal experiência é que ela aconteça para você na realidade e ela só pode acontecer se você procurar um caminho que o leve a uma compreensão mais alta. E você poderá ser conduzido a esta meta pela ação da graça, pela convivência pessoal honesta com os amigos ou através de uma educação mais alta da mente, para além dos limites do mero racionalismo. Vi pela sua carta que Rowland H. escolheu a segunda opção que, nas suas circunstâncias, era, sem dúvida, a melhor.

Estou firmemente convencido de que o princípio do mal prevalecente no mundo conduz as necessidades espirituais, quando negadas à perdição, se ele não for contrabalançado por uma experiência religiosa ou pelas barreiras protetoras da comunidade humana. Um homem comum desligado dos planos superiores, isolado de sua comunidade, não pode resistir aos poderes do mal, muito propriamente chamados de demônio. Mas o uso de tais palavras nos leva a tais enganos que temos que nos manter afastados delas, tanto quanto possível.

Eis as razões por que não pude dar a Rowland H. plena e suficiente explicação. Estou arriscando-me a dá-las a você por ter concluído, pela sua carta decente e honesta, que você já adquiriu uma visão superior do problema do alcoolismo, bem acima dos lugares comuns que, via de regra, se ouvem sobre ele.

Veja você, “álcool” em latim significa “espírito”, e você, no entanto, usa a mesma palavra tanto para designar a mais alta experiência religiosa como para designar o mais depravador dos venenos.

A receita então é “spiritus” contra “spiritum”.

Agradecemos você novamente por sua amável carta, eu me reafirmo. Seu sinceramente,

C. G. Jung⁷.

Na troca de cartas entre Bill Wilson e o Dr. Jung, percebemos a presença de um dos pilares de sustentação do programa de recuperação de Alcoólicos Anônimos. Para A.A, o alcoolismo é uma doença física, mental e espiritual. Segundo as considerações do Dr. Jung, apenas um “despertar espiritual”, um processo mesmo de “conversão” poderia “estacionar” a doença do alcoolismo. É importante notar, porém, como o Dr. Jung amplia o escopo desta experiência quando diz que “você poderá ser conduzido a esta

⁷ Idem.

meta pela ação da graça, pela convivência pessoal honesta com os amigos ou através de uma educação mais alta da mente, para além dos limites do mero racionalismo”⁸. Em nossa visão, neste trecho da carta encontramos mais um dos aspectos que foram imprescindíveis para a consolidação dos A.A enquanto grupo, qual seja, a necessidade de revisão de valores e relações sociais, através da criação de novas redes de sociabilidade.

O Dr. William Duncan Silkworth e o “despertar espiritual”

Em 11 de dezembro de 1934, como consequência do agravamento do seu quadro, Bill Wilson foi internado no Hospital Charles B. Towns. Após alguns dias internado, Bill relata ao Dr. William Silkworth que havia tido um “despertar espiritual”. O Dr. Silkworth responde que “o que Bill acabara de descrever poderia ser uma poderosa experiência de conversão que em certos momentos poderia livrar os alcoólicos do alcoolismo”. (WHITE, 1998, p. 172). O Dr. Silkworth acreditava ser o alcoolismo uma doença física. Segundo ele, uma doença onde “a obsessão da mente que nos compele a beber e a alergia do corpo que nos condena a ficar loucos ou morrer” (Alcoholics Anonymous World Services, 1989. p, 12). Mais tarde, Bill teria dito que se o Dr. Silkworth tivesse lhe contando que provavelmente o que ele teve foram alucinações em função da medicação, ele provavelmente já estaria morto. O Dr. Silkworth é, assim, considerado como um dos principais elementos na construção dos Alcoólicos Anônimos.

As ideias de William James

Bill Wilson relata ter recebido de seu amigo Ebby T. o livro “Variedades da Experiência Religiosa”, de William James. Nele, Bill aprofunda a tese da “conversão” como promotora do início do processo de recuperação, além de desenvolver o conceito de rendição, que ele define como “o sublime paradoxo da força vinda através da fraqueza”⁹. Segundo Bill, ele aprendera com William James “que a verdadeira transformação ocasionada pelo despertar espiritual quase sempre se baseia numa calamidade e colapso” (Alcoholics Anonymous World Services, 1989. p, 12).

⁸ Idem.

⁹ Alcoólicos Anônimos. Disponível em www.aa.org. Tradução minha. Acesso em agosto de 2018.

Estavam, assim, colocadas as bases para a noção de “fundo de poço” e do primeiro passo do programa de recuperação de AA.

O Encontro com o Dr. Bob

Após alcançar a sobriedade, Bill Wilson conseguiu retomar o seu trabalho. Numa viagem de negócios a Akron, Ohio, teria sido tomado por um enorme impulso de beber no bar do hotel onde estava hospedado. Então, segundo a História de fundação dos AA, começou a telefonar para igrejas locais, pedindo aos religiosos que o colocassem em contato com algum “bêbado”, pois, apenas conversando com algum deles, ele acreditava que não beberia. Após algumas tentativas frustradas, William Griffith Wilson (Bill Wilson) foi apresentado ao Dr. Robert Holbrook Smith (Dr. Bob). O encontro, que, segundo o Dr. Bob, era para ter durado apenas 20 minutos, durou mais de 06 horas. Após esse encontro, a história do tratamento para ao alcoolismo e, por extensão, da dependência química no mundo estaria próxima de passar por uma enorme transformação. Estavam lançadas as bases da criação da Irmandade de Alcoólicos Anônimos, que, segundo o site de AA, se define como:

Uma irmandade internacional de homens e mulheres que têm problemas com a bebida. É não profissional, autossustentável, multirracial, apolítico e está disponível em quase toda parte. Não há requisitos de idade ou educação. A associação é aberta a qualquer pessoa que queira fazer algo sobre seu problema de bebida”.¹⁰

Os Doze Passos e As Doze Tradição de Alcoólicos Anônimos

Como vimos nos itens anteriores, o “programa de recuperação” de AA, se baseia num conjunto de elementos seculares e religiosos que deram origem aos Doze Passos e Doze Tradições. Sobre os Doze Passos:

OS DOZE PASSOS DE AA

1. Admitimos que éramos impotentes perante o álcool - que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas.
2. Viemos a acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia devolver-nos à sanidade.
3. Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que O concebíamos.
4. Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.
5. Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.
6. Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.

¹⁰ Alcoólicos Anônimos. Disponível em: www.aa.org. (Tradução minha). Acesso em agosto de 2018.

7. Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições.
8. Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados.
9. Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-las significasse prejudicá-las ou a outrem.
10. Continuamos fazendo o inventário pessoal e quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.
11. Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O concebíamos, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade.
12. Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes Passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades¹¹.

É possível perceber, a partir a leitura dos doze passos, como seus fundadores foram cuidadosos no sentido de criar uma atmosfera “ecumênica” ao “programa”. Ao retirar a palavra Deus do segundo passo e substituí-la por “Poder Superior”, procuravam assim estabelecer as bases de um modelo de “tratamento” que pudesse abranger a todos. Mesmo aqueles que se consideravam ateus, poderiam participar, podendo “desenvolver” a visão de Poder Superior que melhor lhes conviesse. Nesse sentido, o “Deus” contido em outros passos, como o terceiro, não é qualquer “Deus”, mas “Deus, na forma em que O concebíamos”.

Dessa forma, nos primeiros três passos o membro é convidado a aceitar a sua “condição” e entregar a sua vida aos cuidados do “seu Poder Superior”. Somente assim o “tratamento” seria possível. Nos passos, quatro, cinco e seis, é convidado a rever os seus comportamentos a partir de um “profundo e destemido inventário moral” e nos passos seguintes (sete, oito e nove), modificá-los, reparando inclusive os prejuízos causados a si e outrem. Nos passos dez, onze e doze, os membros são instados a fazer o que chamam de “manutenção” do “programa”, ou seja, continuar revendo seus comportamentos, estreitar os laços com o seu “Poder Superior” e ajudar outros alcóolicos a encontrar ajuda nos grupos de AA.

As tradições foram criadas como uma maneira de organizar as ações no grupo e entre os diversos grupos da associação. Nesse sentido, dizem:

AS DOZE TRADIÇÕES DE AA

¹¹ Alcoólicos Anônimos. Disponível em: www.aa.org.br. Acesso em agosto de 2018.

1. Nosso bem-estar comum deve estar em primeiro lugar; a reabilitação individual depende da unidade de A.A.
2. Somente uma autoridade preside, em última análise, o nosso propósito comum - um Deus amantíssimo que Se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não têm poderes para governar.
3. Para ser membro de A.A., o único requisito é o desejo de parar de beber.
4. Cada Grupo deve ser autônomo, salvo em assuntos que digam respeito a outros Grupos ou a A.A. em seu conjunto.
5. Cada Grupo é animado de um único propósito primordial - o de transmitir sua mensagem ao alcoólico que ainda sofre.
6. Nenhum Grupo de A.A. deverá jamais sancionar, financiar ou emprestar o nome de A.A. a qualquer sociedade parecida ou empreendimento alheio à Irmandade, a fim de que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos afastem de nosso propósito primordial.
7. Todos os Grupos de A.A. deverão ser absolutamente auto-suficientes, rejeitando quaisquer doações de fora.
8. Alcoólicos Anônimos deverá manter-se sempre não-profissional, embora nossos centros de serviços possam contratar funcionários especializados.
9. A.A. jamais deverá organizar-se como tal; podemos, porém, criar juntas ou comitês de serviço diretamente responsáveis perante aqueles a quem prestam serviços.
10. Alcoólicos Anônimos não opina sobre questões alheias à Irmandade; portanto, o nome de A.A. jamais deverá aparecer em controvérsias públicas.
11. Nossas relações com o público baseiam-se na atração em vez da promoção; cabe-nos sempre preservar o anonimato pessoal na imprensa, no rádio e em filmes.
12. O anonimato é o alicerce espiritual das nossas Tradições, lembrando-nos sempre da necessidade de colocar os princípios acima das personalidades.¹²

As Doze Tradições trazem um conjunto de princípios que buscam estabelecer regras de convívio e funcionamento entre os grupos e os membros. Assim, buscam criar uma “atmosfera de recuperação” onde o bem-estar do grupo seja priorizado. Também estabelecem orientações sobre a estrutura de funcionamento dos grupos e os “serviços voluntários”, horizontalizando-os. Esse modelo visa impedir que membros com maior proeminência e destaque assumam um papel de “controle” que possa ser entendida como “chefia”. Daí a premissa contida no segundo passo que os seus líderes não “governam”. As tradições também garantem que qualquer pessoa que tenha ou pensa que ter problema com álcool possa ingressar livremente, bastando para isso o desejo. Estabelecem também que AA não recebe doação de fora e deverá manter-se sempre não profissional. Esses

¹² Alcoólicos Anônimos. Disponível em www.aa.org.br. Acesso em agosto de 2018.

dois últimos princípios permitem aos grupos possuir a independência necessária para gerir os seus assuntos internos sem qualquer interferência ou interesse outro que não seja o “propósito” de AA. Para finalizar, as tradições onze e doze falam sobre a questão do anonimato. Aqui, há um ponto interessante: o princípio do anonimato, segundo seus membros, existe não apenas para proteger seus membros de possíveis embaraços ou preconceitos decorrentes da sua “condição”, mas também operam como mecanismo de proteção para associação como um todo. À medida que ninguém deve apresentar-se como membro de AA sozinho, dificulta que pessoas que eventualmente interrompam o seu “tratamento” e voltem a beber sejam vistas e identificadas com a associação.

Considerações Finais

Dessa forma, esperamos ter demonstrado que as percepções sobre esses grupos, denominados de “ajuda mútua”, de que são simplesmente grupos religiosos, como também a visão de que esses grupos não contam com qualquer elemento religioso, não dão conta da compreensão de um de fenômeno dessa complexidade. Como demonstramos, são diversas as influências presentes na constituição dos AA e, por conseguinte, das outras “irmandades” de doze passos. O contexto histórico, assim, nos ajuda a compreender melhor os aspectos relacionais presentes e a aprofundar a nossa análise, buscando um entendimento mais amplo deste movimento que, independente de posicionamentos contrários ou favoráveis, vem sendo percebido cada vez mais como uma alternativa no sentido de prover alguma forma de alívio, seja para o alcoolismo, seja para a dependência, doenças marcadamente modernas.

As associações de ajuda mútua estão presentes hoje em diversos países. Não nos cabe aqui julgar, moralizar ou estereotipar esse tipo de atividade. Para muitos críticos, esses grupos funcionam como uma espécie de seita, onde os membros agora ficariam dependentes do grupo ao invés do álcool ou das drogas. Para os seus defensores, porém, operam como um local onde os membros podem ressignificar os seus traumas, reescrevendo sua trajetória e consolidar, através da ajuda mútua e da empatia, um sentimento

de pertencimento que contrastaria como o indivíduo “despertencido” e deslocado da modernidade.

De qualquer forma, julgo interessante e pertinente que o debate sobre esses grupos se aprofunde, sobretudo no momento em que a chamada guerra às drogas já deu diversas demonstrações de sua incapacidade e que a criminalização/estigmatização, seja de dependentes químicos ou alcoólatras não parece ter contribuído para mitigar o sofrimento dessas pessoas, tendo pelo contrário, o efeito de aprofundá-lo. Fica cada vez mais evidente, penso, a necessidade de se rediscutir essa política de forma mais democrática, onde os diversos atores e grupos organizados da sociedade civil possam tomar parte do debate e o dependente químico, bem como o alcoólatra sejam vistos não como pessoas “sem força de vontade” ou “criminosos”, mas como cidadãos que necessitam de ajuda para que possam exercer assim, de forma plena, todas as suas potencialidades humanas.

Referências:

AA (**Alcoólicos Anônimos Atinge a Maioridade**). Nova Iorque. Alcoholics Anonymous World Services, New York, 1989.

AGUIAR, Eliana dos Santos. **Dependência Química e Narcóticos Anônimos: a dimensão educativa nos grupos anônimos de ajuda mútua**. Dissertação de Mestrado em Educação, Unisal. Americana 2011.

BARRETO, Mena. **Lei de Tóxicos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis, RJ, Vozes. 2017.

BERGER, Peter. **Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis, Vozes, 2012.

BERGER, Peter. **O imperativo herético: possibilidades contemporâneas de afirmação religiosa**, Petrópolis, Vozes, 2017.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. 3^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre et al. **O Ofício de Sociólogo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Paris, Éditions du Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, **Edemilson Antunes de**. **Nosso remédio é a palavra**: uma etnografia sobre o modelo terapêutico de Alcoólicos Anônimos. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2010.

CARDOSO, Ricardo Muniz Mattos. **Só por hoje: um estudo sobre Narcóticos Anônimos, estigma social e sociedade contemporânea**. Dissertação de Mestrado em História - UFF.2006.

COSTA e DANZIATO. A invenção dos Alcoólicos Anônimos: alcoolismo e subjetivação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 70 (3):21-24, 2018.

De QUINCEY, Thomas. **Confissões de um comedor de ópio**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FIORE, Maurício. **A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil**: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos, p.259. In: Álcool e drogas na história do Brasil/Renato Pinto Venâncio, Henrique Carneiro – São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

GARCIA, Ângela Maria. ALCOÓLICOS ANÔNIMOS: CONVERSÃO E ABSTINÊNCIA TERAPÊUTICA in: **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói: EdUFF, 1995.p.41

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Ed. Loyola, 1989.

HABWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris, F. Alcan, 1925.

HABWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

JAMES, William. **As Variedades da Experiência Religiosa: Um estudo sobre a natureza humana**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - **Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em 10/01/2020.

LOECK, Jardel Fischer. **Adicção e ajuda mútua: Estudo antropológico de grupos de narcóticos anônimos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFRGS, 2009.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo, COSAC NAIFY, 2013.

MARIZ, Cecília. O Estrangeiro e o Homem Moderno. In: **Cadernos de Estudos Sociais** – Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, 1998 (vol.1).

MARIZ, Cecília. “EMBRIAGADOS NO ESPÍRITO SANTO”: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA PENTECOSTAL E O ALCOOLISMO. In: **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói: EdUFF, 1995.p. 67.

MOTTA, Leonardo de Araújo. **A Dádiva da Sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de Alcoólicos Anônimos**. São Paulo: Paulus, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução: Dorgival Caetano, 1^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993.

REIS, Tatiana Rangel. **Fazer em grupo o que eu não posso fazer sozinho: indivíduo, grupo e identidade social em Alcoólicos Anônimos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social).

REIS, Tatiane Rangel. Antecedentes históricos e teóricos da Irmandade de Alcoólicos Anônimos: apontamentos sobre a relação entre o tratamento do alcoolismo e religiosidade. In: **Religiões e o paradoxo social** – intolerância e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. Organização Eduardo Mourão Vasconcelos, Rita de Cássia Cavalcante Lima – 1ed. –São Paulo, Hucitec, 2019.

SILVA, Rodolfo Ferreira da. **Memória, trauma e identidade: trajetórias na irmandade de Narcóticos Anônimos**. Revista Sem Aspás, v. 8, p. 74-87, 2019.

SILVA, Rodolfo Ferreira da. Durkheim e Bourdieu: **Aproximações e Distanciamentos**. Sociologias Plurais, v. 5, p. 273-292, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. 2ª. Edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1977.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001.

WHITE, William. **Slayon the dragon: the history of addiction treatment and recovery in America**. Illinois, Chestnut Health Systems Publications, 1998.